



ATA N.º 74

19-08-2020

[Handwritten signatures in blue ink]

Aos dezanove dias do mês de agosto de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a septuagésima quarta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vitor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e neste caso, a título excecional, em virtude das férias do trabalhador designado para o efeito, também as funções de secretariar a reunião.-----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções.-----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 18 DE AGOSTO DE 2020:

€ . 600.321,49-----

ORDEM DO DIA: -----

1- PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA RUA SERPA PINTO, LARGO CÓLON E ZONAS ADJACENTES, EM CUBA; APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO - PROPOSTA DE INTENÇÃO DE ADJUDICAÇÃO DO LOTE 1.

Como é de conhecimento da estrutura executiva, no passado dia 13 de maio de 2020, em reunião de Câmara ordinária, atenta a informação n.º 45/2020 do SAJAI, para a qual se remete, a Câmara Municipal deliberou proceder à **abertura do concurso público da empreitada de Revitalização da Rua Serpa Pinto, Largo Cólón e Zonas Adjacentes, em Cuba.**

A intervenção proposta está inscrita no Orçamento Municipal de 2020, mediante verba a transferir pelo Alentejo 2020, PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana), conforme protocolo atempada outorgado entre as partes, documento que também foi aprovado pelo Executivo Camarário, em que a despesa elegível é de **922.209,17€**, para um Feder de **783.877,79 €**, englobando o lote 1 e 2.

Regista-se agora que, quer em sede do Relatório Preliminar e consequentemente do Relatório Final não houve propostas para o lote 2, inerente à construção das habitações e do estacionamento, restringindo-se a adjudicação apenas ao lote 1, devendo declarar-se o lote 2 como deserto e determinar como agir em seguida. **Vide ANEXO I.**

Na sequência do procedimento concursal, em 23 de junho de 2020, foi elaborado o **Relatório Preliminar**, e nessa mesma data colocado na plataforma ACINGOV para, em cumprimento do disposto no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos, e em conformidade com as regras insertas no n.º 1 do art.º 123.º do mesmo diploma, ser tal projeto de decisão do conhecimento de todos os concorrentes ao abrigo do direito de audiência prévia, para que estes, **no prazo de cinco dias úteis**, contados do dia imediatamente a seguir à publicitação deste relatório na plataforma dos contratos públicos, se pudessem pronunciar por escrito sobre o teor.

Esse prazo viria a terminar sem que houvesse apresentação de alegações por parte dos concorrentes, razão pelo qual ao abrigo do art.º 148.º do CCP foi elaborado o Relatório Final, em 14 de agosto de 2020, depois de já serem conhecidas as matérias integradas no Orçamento Suplementar, aprovado pela Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, e delineada uma estratégia para resolução da questão inerente ao lote 2 ter ficado deserto.

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1.º - Adjudicar o lote 1 da empreitada à empresa **Consdep – Engenharia e Construção, S.A., que apresentou proposta para este lote no valor de 442.648,17€** (quatrocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta e oito euros e dezassete cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal de 6%, ou seja , **26.558,89€** (vinte e seis mil quinhentos e cinquenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos) o que perfaz um valor total de **469.207,06€** (quatrocentos e sessenta e nove mil, duzentos e sete euros e seis Cêntimos);

2.º - Para cumprimento da Lei dos Compromissos, aprovado pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, nomeadamente o art.º 5.º que menciona os requisitos para assunção de compromissos futuros, apensa-se a ficha de cabimento n.º 32836, a ficha de compromisso n.º 44241, para o ano de 2020, e a ficha de fundos disponíveis n.º 44241 à data do compromisso e refletindo o valor a pagar no ano civil e económico em curso. **Vide ANEXO II**

3.º - Notificar o adjudicatário para proceder à entrega dos documentos de habilitação previstos no art.º 81.º (Registo Criminal, Declaração de Não Dívida à Segurança Social e Declaração de Não Dívida à Autoridade Tributária), no prazo máximo de cinco dias, em conformidade com o ponto 15 do programa do procedimento;

4.º - Também ao abrigo do art.º 88.º n.º 1 e 89.º n.º1, ambos do CCP, notificar o **adjudicatário para prestar caução no valor de 5%, podendo a mesma ser de 10%** se o adjudicatário pretender a dispensa dos 5% adicionais em sede do pagamento de cada um dos autos de medição conforme estabelecido no n.º 1 do art.º 353.º do CCP;

5.º - Ao abrigo do art.º 98.º do CCP aprovar a minuta do contrato de empreitada em anexo, da autoria dos Serviços de Apoio Jurídico, e em cumprimento do art.º 100.º também do CCP notificar essa mesma minuta ao adjudicatário, para que o mesmo, querendo se pronuncie sobre o seu teor nos cinco dias subsequentes. **Vide ANEXO III.**

6.º - Tomar conhecimento que o atual contrato de empreitada a celebrar com a empresa **Consdep, Engenharia e Construção, S.A., pelo valor de 442.648,17€, está dispensado de visto prévio do Tribunal de Contas**, por força do disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação que lhe foi introduzida pelo art.º 7.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho.

7.º - Registrar que o **lote n.º 2 da empreitada ficou deserto**, e que é entendimento dos Serviços Jurídicos que o ponto 5.2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 06 de junho, não tem força jurídica bastante de per si para poder ser despoletado procedimento de ajuste direto, porquanto o mesmo não prevalece sobre o atual art.º 24.º do CCP, norma que determina as situações em que após um concurso ter ficado deserto se poder fazer uso do mecanismo do Ajuste Direto, onde, salvo melhor opinião, poderá uma entidade tutelar à posteriori argumentar que não se enquadra a situação do lote 2 naquela exceção porquanto para resolver a situação importou alterar substancialmente alguns aspetos do concurso anterior.

7.1.º - É do conhecimento dos serviços que está em curso uma alteração ao Código dos Contratos Públicos, mas na conjuntura legislativa atual, por uma questão de segurança e certeza jurídica, deverá optar-se por novo procedimento de concurso público, com as nuances que constarão em informação própria.

8.º - Designar como gestor do contrato, O Chefe da UAJDCS, o Jurista - Vitor Manuel Parreira Fialho.

2. CONCURSO PÚBLICO N.º 02/20 PARA A EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO POLIVALENTE DE VILA RUIVA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 66/2020 do SAJAI, da autoria da Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve:

No seguimento da deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião ordinária de 15/06/2020, procedeu-se à abertura do Concurso Público n.º 02/20, para a Empreitada de Remodelação de Edifício Polivalente, em Vila Ruiva.

O concurso decorreu os seus termos, tendo sido apresentadas 2 propostas, mas apenas uma foi admitida, pois o concorrente excluído apresentou declaração a justificar a sua não apresentação de proposta, conforme consta do Relatório Preliminar que se junta

(Doc. 1).

Oportunamente foi feita a audiência prévia dos concorrentes, não tendo sido apresentada qualquer pronúncia, conforme comprovativo da plataforma que se anexa (Doc. 2).

Procedeu-se à elaboração do Relatório Final, que se junta (Doc. 3), no âmbito do qual é proposta a adjudicação do presente procedimento ao concorrente único EFIMA – EFICIÊNCIA, INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO, LDA, pelo preço de € 159.273,51 (cento e cinquenta e nove mil duzentos e setenta e três euros e cinquenta e um cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal (6%), no valor de € 9.556,41 (nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros e quarenta e um cêntimos).

De harmonia com o disposto no n.º 3 do art.º 148.º do CCP *“O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar”*, que é a Câmara Municipal, a quem cabe decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação, conforme determina o n.º 4 do mesmo artigo.

Ao órgão competente para a decisão de contratar incumbe o dever de proceder à adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas (*vide* n.º 1 do art.º 76.º do CCP).

Nos termos estatuídos no art.º 77.º do CCP:

- 1) A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes (n.º 1);
- 2) Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos e prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor (n.º 2).

As notificações referidas são acompanhadas do Relatório Final (n.º 3).

Em simultâneo com a decisão de adjudicação o órgão competente para a decisão de contratar aprova a minuta do contrato, nos termos do n.º 1 do art.º 98.º do CCP.

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, conforme determina o n.º 1 do 100.º do CCP, dispondo este do prazo de 5 dias úteis para se pronunciar sobre a mesma, sob

pena de, não o fazendo naquele prazo, se considere aceite, conforme estabelece o art.º 101.º do CCP.

Além de outros elementos que fazem parte integrante do contrato, dele deve constar a classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado de que o contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa, conforme determina a alínea h) do n.º 1 do art.º 96.º do CCP.

Por seu turno, o no n.º 1 do art.º 290.º-A do CCP, determina que o contraente público deve designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Pelo exposto, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da v/ competência em matéria de estabelecimento da ordem do dia das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o Órgão Executivo delibere:

- 1) Aprovar a proposta constante do Relatório Final e adjudicar o presente procedimento à EFIMA – EFICIÊNCIA, INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO, LDA, pelo preço de € 159.273,51 (cento e cinquenta e nove mil duzentos e setenta e três euros e cinquenta e um cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal (6%), no valor de € 9.556,41 (nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros e quarenta e um cêntimos);
- 2) Notificar a adjudicatária para, no prazo de 5 dias úteis, apresentar os documentos de habilitação exigidos no n.º 15.1 do Programa do Procedimento e prestar a caução de 5% do valor contratual, no prazo máximo de 10 dias, no montante de € 7.963,68 (sete mil novecentos e sessenta e três euros e sessenta e oito cêntimos), de harmonia com o estipulado no n.º 20 do Programa do Procedimento;
- 3) Aprovar a minuta do contrato, que se anexa e notifica-la à adjudicatária para que sobre ela se pronuncie, no prazo de 5 dias úteis;
- 4) Designar o gestor do contrato.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

- 1) Aprovar a proposta constante do Relatório Final e adjudicar o presente procedimento à EFIMA – EFICIÊNCIA, INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO, LDA, pelo preço

de € 159.273,51 (cento e cinquenta e nove mil duzentos e setenta e três euros e cinquenta e um cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal (6%), no valor de € 9.556,41 (nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros e quarenta e um cêntimos);

2) Notificar a adjudicatária para, no prazo de 5 dias úteis, apresentar os documentos de habilitação exigidos no n.º 15.1 do Programa do Procedimento e prestar a caução de 5% do valor contratual, no prazo máximo de 10 dias, no montante de € 7.963,68 (sete mil novecentos e sessenta e três euros e sessenta e oito cêntimos), de harmonia com o estipulado no n.º 20 do Programa do Procedimento;

3) Aprovar a minuta do contrato, que se anexa e notifica-la à adjudicatária para que sobre ela se pronuncie, no prazo de 5 dias úteis;

4) Designar o gestor do contrato, o Chefe da UAJDSCS, Vitor Manuel Parreira Fialho..-----

3. REABILITAÇÃO DO JARDIM DOS COMBATENTES - PROJETO NO ÂMBITO DO PARU - CANDIDATURA À LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS. -----

No seguimento do empréstimo celebrado entre o Banco Europeu de Investimento (NEI) e a Republica Portuguesa de um empréstimo quadro (EQ), no valor de € 750.000.000, destinado a financiar a contrapartida nacional de operações aprovadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), designadamente o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão, no âmbito dos Programas Ocupacionais de Portugal, foi lançada a LINHA BEI PT 2020 – Autarquias, no valor de € 250.000.000, com o objetivo de acelerar o investimento da execução dos fundos da União Europeia destinados à Política de Coesão (vide Despacho 6323-A/2018, publicado na II Série do DRE, n.º 123, de 28/06/2018).

Esta Linha tem como objetivo financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito dos programas do Portugal 2020, sendo seus beneficiários as autarquias locais e suas associações, entidades intermunicipais e empresas do setor local.

São elegíveis projetos aprovados pelo FEDER ou Fundo de Coesão, que não estejam concluídos, física e financeiramente, à data de submissão do pedido, projetos que não beneficiem de outro empréstimo do BEI, cujos beneficiários apresentem situação contributiva e tributária regular e observem os critérios específicos de elegibilidade definidos pelo BEI.

O financiamento a conceder através desta Linha não pode exceder:

- a) 50% do custo total do projeto;
- b) 100% do custo total do projeto diminuído do apoio do Portugal 2020 e das despesas não elegíveis a financiamento pelo BEI ou 90% no caso dos projetos apoiados pelos PO de Lisboa e da Madeira.

O valor mínimo do financiamento é de 10 mil euros, podendo a taxa de juro aplicável ser fixa, estabelecida no contrato e aplicável durante todo o seu período de vida, ou variável, correspondendo à taxa Euribor a seis meses, acrescida de um spread estabelecido no contrato. No site da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, consta a informação de que, atendendo ao valor praticado pelo BEI no primeiro desembolso à República Portuguesa, aos empréstimos aprovados serão aplicadas as seguintes taxas:

- Taxa fixa: 1,564%
- Taxa Variável: Euribor 6m + spread de 0,277%*

Estas taxas mantêm-se em vigor até à indicação de nova cotação pelo IGCP.

* Para os casos em que a taxa resultante for negativa, a taxa de juro será fixada em zero para esse período

A utilização do empréstimo é feita em tranches - 1/3 do empréstimo com a assinatura do contrato, 1/3 quando o projeto atingir um nível de execução mínimo de 33,3% e o restante 1/3 quando o projeto atingir um nível de execução mínimo de 66,6%.

O prazo do financiamento é de até 15 anos. Em casos devidamente justificados, em função da tipologia do projeto, da sua dimensão financeira ou do respetivo prazo de execução, o prazo total do empréstimo pode ser fixado até 20 anos.

As amortizações do capital são efetuadas semestralmente, podendo ter um período de carência de até três anos e os juros são pagos semestral e postecipadamente, sem período de carência.

São condições de concessão do empréstimo:

- a) A prestação, pela entidade beneficiária, de garantia adequada ao cumprimento das obrigações de pagamento de capital e juros, decorrentes do contrato de financiamento a celebrar, privilegiando-se modalidades de garantia que se revistam de liquidez, incluindo a retenção de transferências do Orçamento do Estado;
- b) A garantia referida na alínea anterior pode ser atualizada, acompanhando os desembolsos acima indicados, até ao valor máximo do financiamento reembolsável

aprovado, acrescido de juros contratuais e da sobretaxa de mora correspondentes a dois semestres;

c) Compatibilidade com as obrigações orçamentais a que a entidade beneficiária estiver sujeita, designadamente limites e capacidade de endividamento previstos na legislação aplicável;

d) Pelo prazo que seja fixado no contrato de até 15 anos ou até 20 anos, em casos devidamente justificados em função da tipologia da operação, da sua dimensão financeira ou do respetivo prazo de execução;

e) A aceitação de garantias suportadas por transferências do Orçamento de Estado está condicionada a prévia validação por parte das entidades competentes.

Os pedidos de financiamento são feitos através do Balcão 2020.

Considerando que o Município de Cuba viu aprovado o projeto de “Reabilitação do Jardim dos Combatentes”, em termos de FEEI, é de todo o interesse a candidatura do mesmo à linha de financiamento BEI.

- Reabilitação do Jardim dos Combatentes - Projeto no âmbito do PARU - ALT20-08-2316-FEDER-000097 – Este projeto tem um custo total de €468 470.47, um investimento elegível de €194 243.83 e um investimento não elegível de €274 226.64. Sendo a taxa de comparticipação de 85%, a contribuição comunitária aprovada é de €165 107.26 e a contrapartida nacional de 15%, é de €29 136.57. Portanto, o valor a candidatar a esta linha, nos termos do n.º 3 do art.º 5.º do Despacho 6323-A/2018, é de €303 363,21 (conforme anexo).

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

a) Aprovar a apresentação da candidatura “Reabilitação do Jardim dos Combatentes” à Linha BEI;

b) Remeter o assunto para a sessão da Assembleia Municipal para que aquele órgão delibere sobre a autorização da contratação do empréstimo BEI, nos termos legais.

4. REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE € 86 237,69, DESTINADO AO FINANCIAMENTO DO PROJETO DO ECOPARQUE DO ALENTEJO CENTRAL E ABERTURA DE NOVO PROCEDIMENTO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 68/2020 do SAJAI, da autoria da Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve:

Por deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião de 15/06/2020, procedeu-se à abertura de procedimento de empréstimo a longo prazo até ao montante máximo de € 86.237,69, destinado ao financiamento do projeto da Empreitada do Ecoparque do Alentejo Central.

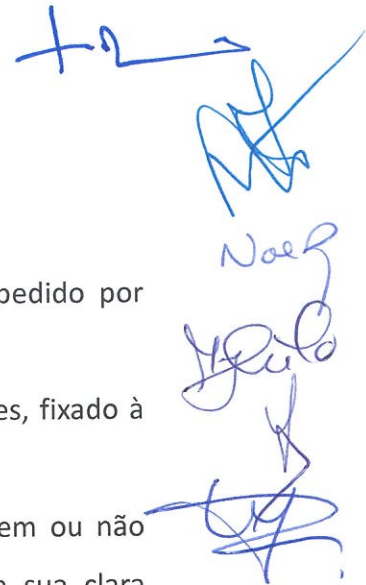
O processo correu os seus trâmites normais, tendo sido apresentadas propostas por todas as instituições bancárias convidadas para o efeito.

Acontece, porém, que encontrando-se em elaboração o projeto para a Empreitada do Ecoparque do Alentejo Central, verificou-se que o montante a contratar para o empréstimo - € 86.237,69 – se mostra insuficiente para a execução dos trabalhos.

Pelo exposto, mostra-se conveniente a revogação do procedimento para contratação de empréstimo a longo prazo até ao montante máximo de € 86.237,69, destinado ao financiamento do projeto da Empreitada do Ecoparque do Alentejo Central, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 165.º do CPA (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro), assim como a abertura de um novo procedimento para contratação de empréstimo a longo prazo.

Nesta conformidade, deve V. Ex.ª Sr. Presidente, ao abrigo da competência consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere:

- 1) Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 165.º do CPA, revogar o procedimento para contratação de empréstimo a longo prazo até ao montante máximo de € 86.237,69, destinado ao financiamento do projeto da Empreitada do Ecoparque do Alentejo Central;
- 2) Nos termos disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 49.º e do n.º 1 do art.º 51º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, determinar a abertura de novo procedimento para contratação de empréstimo a longo prazo até ao montante máximo de € 220.000 (duzentos e vinte mil euros), destinado ao financiamento do projeto da Empreitada do Ecoparque do Alentejo Central;
- 3) Aprovar as condições da consulta a efetuar às instituições bancárias, que são as seguintes e são imperativas sob penas de exclusão, e o modelo do convite, que se anexa:
 1. Natureza do empréstimo;
 2. Montante: € 220.000;

- 
3. Finalidade: financiamento do projeto identificado;
 4. Prazo global: 20 anos;
 5. Período de utilização e diferimento: 2 anos;
 6. Período de Amortização
 7. Utilização: de acordo com as necessidades do Município, mediante pedido por escrito, durante o período de carência;
 8. Taxa de juro: taxa variável (spread + indexante EURIBOR a 6 (seis) meses, fixado à data limite para apresentação da proposta), com *floor* zero;
 9. Comissões e custos: devem as Instituições de Crédito indicar se existem ou não comissões a aplicar à presente operação de crédito e, caso existam, a sua clara identificação, assim como todos os custos decorrentes do contrato;
 10. Pagamento de juros e reembolso de capital: em prestações semestrais, sucessivas e postecipadas;
 11. Reembolso antecipado: poderá proceder-se à amortização antecipada de parte ou da totalidade do capital em dívida, sem qualquer custo ou indemnização, devendo a proposta fixar as condições para o efeito;
 12. Cláusula penal por mora;
 13. Garantia;
 14. Rescisão;
 15. Foro;
 16. Plano de amortização proposto.

As propostas, dirigidas ao Presidente da Câmara, devem ser remetidas por correio registado com aviso de receção ou entregues pessoalmente na morada: Câmara Municipal de Cuba, Rua Serpa Pinto, 84, 7940-172 Cuba, até às 17 horas do 10º dia contado a partir da receção do presente convite (este prazo é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados).

O critério de adjudicação será o *“da proposta economicamente mais vantajosa”*, tendo em consideração a taxa de juro fixada.

Verificando-se igual valor proposto para a taxa de juro, considerar-se-ão, a seguir, as comissões e custos exigidos.

- 4) Determinar que sejam consultadas para este novo procedimento as seguintes instituições bancárias:

a) Caixa Geral de Depósitos, S.A.;

b) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, C.R.L.;

c) Banco Santander Totta, S.A.

5) Determinar que a Comissão de acompanhamento do procedimento de contratação do empréstimo seja constituída pelos seguintes membros:

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara;

Vogais efetivos: Cármen das Dores da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF;

Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS, em regime de substituição.

Vogais suplentes: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior;

Vitor Miguel das Dores Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior.

O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pela vogal Cármen das Dores da Silva Arrojado Estrela.

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1.º - Revogar o procedimento de contratação em curso no montante de € 86 237,69, pelos fundamentos explanados na informação;

2.º - Nos termos disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 49.º e do n.º 1 do art.º 51º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, determinar a abertura de novo procedimento para contratação de empréstimo a longo prazo até ao montante máximo de € 220.000, destinado ao financiamento do projeto da Empreitada do Ecoparque do Alentejo Central;

3.º - Aprovar as condições da consulta a efetuar às instituições bancárias, que são as seguintes e são imperativas sob penas de exclusão, e o modelo do convite, que se anexa:

1. Natureza do empréstimo;

2. Montante: € 220.000;

3. Finalidade: financiamento do projeto identificado;

4. Prazo global: 20 anos;

5. Período de utilização e diferimento: 2 anos;

6. Período de Amortização

7. Utilização: de acordo com as necessidades do Município, mediante pedido por escrito, durante o período de carência;

8. Taxa de juro: taxa variável (spread + indexante EURIBOR a 6 (seis) meses, fixado à data limite para apresentação da proposta), com *floor* zero;
9. Comissões e custos: devem as Instituições de Crédito indicar se existem ou não comissões a aplicar à presente operação de crédito e, caso existam, a sua clara identificação, assim como todos os custos decorrentes do contrato;
10. Pagamento de juros e reembolso de capital: em prestações semestrais, sucessivas e postecipadas;
11. Reembolso antecipado: poderá proceder-se à amortização antecipada de parte ou da totalidade do capital em dívida, sem qualquer custo ou indemnização, devendo a proposta fixar as condições para o efeito;
12. Cláusula penal por mora;
13. Garantia;
14. Rescisão;
15. Foro;
16. Plano de amortização proposto.

As propostas, dirigidas ao Presidente da Câmara, devem ser remetidas por correio registado com aviso de receção ou entregues pessoalmente na morada: Câmara Municipal de Cuba, Rua Serpa Pinto, 84, 7940-172 Cuba, até às 17 horas do 10º dia contado a partir da receção do presente convite (este prazo é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados).

O critério de adjudicação será o “*da proposta economicamente mais vantajosa*”, tendo em consideração a taxa de juro fixada.

Verificando-se igual valor proposto para a taxa de juro, considerar-se-ão, a seguir, as comissões e custos exigidos.

4.º - Determinar que sejam consultadas para este novo procedimento as seguintes instituições bancárias:

- a) Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
- b) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, C.R.L.;
- c) Banco Santander Totta, S.A.

5.º - Determinar que a Comissão de acompanhamento do procedimento de contratação do empréstimo seja constituída pelos seguintes membros:

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara;

Vogais efetivos: Cármen das Dolres da Silva Arrojado Estrela, Chefe da UAF;

Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS, em regime de substituição

Vogais suplentes: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior;

Vitor Miguel das Dolres Guerreiro da Costa Raminhos, Técnico Superior.

O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pela vogal Cármen das Dolres da Silva Arrojado Estrela.

5. AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS - EMPREITADAS.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 17/2020, do Gabinete de Estudos e Projetos, cuja autoria é do Eng. Vitor Raminhos, cujo teor se transcreve:

A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia, assim e em harmonia com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua redação atual, a assunção dos encargos plurianuais está sujeita a autorização da Assembleia Municipal.

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente, no âmbito da v/ competência de estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões do órgão executivo, vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere remeter, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da supra identificada lei, à Assembleia Municipal proposta de autorização para a assunção de encargos plurianuais resultantes das empreitadas (novos projetos de investimento) que já iniciaram ou iniciarão em 2020 e terão o seu término em 2021.

A saber:

Empreitada (Novos Projetos de Investimento)	Início	Término	Valor C/IVA
Reabilitação Urbana de Troço da Estrada da Circunvalação	2020	2021	485.512,22€

Reabilitação Urbana da Rua 1.º de Maio	2020	2021	984.580,64€
Reabilitação de Espaço Público Edificado e Integração de Área de Quarteirão no Espaço Público - Largo Cristóvão Cólon, Rua Serpa Pinto e Zonas Adjacentes, em Cuba	Lote 1 – 2020 (em adjudicação) Lote 2 – 2020	Lote 1 – 2021 Lote 2 - 2021	Lote 1 469.207,06€ Lote 2 procedimento a abrir em 2020
Reabilitação do Centro Cultural de Vila Alva	2020	2021	Procedimento a abrir em 2020
Reabilitação de Equipamento de Utilização coletiva 1.ª Fase de Reabilitação do Centro Polivalente de Vila Ruiva	2020	2021	168.829,92€
Reabilitação de Equipamento de Utilização Coletiva, 1.ª Fase de Reabilitação de Edifícios da Escola Profissional de Cuba (EPC)	2020	2021	158.605,34€
Reabilitação do Jardim dos Combatentes	2020	2021	Procedimento a abrir em 2020

A Câmara, por unanimidade, deliberou remeter, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da supra identificada lei, remeter à Assembleia Municipal a proposta de autorização para a assunção de encargos plurianuais resultantes das empreitadas (novos projetos de investimento) que já iniciaram ou iniciarão em 2020 e terão o seu término em 2021.

6. INFORMAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 35/2020, da Chefe de Unidade de Administração e Finanças, Dr.ª Carmen Estrela, cujo teor se transcreve:

” Informação acerca da Situação Financeira do Município de Cuba “

Fundamentação:

Enquadramento Legal: De acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 Setembro.

Relativamente ao assunto em epígrafe os Serviços da Contabilidade informam, que a situação financeira do município se retrata da seguinte forma:

Execução Orçamental:

- O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de €329.899,80 à data de 31/07/2020;
- Os pagamentos efetuados à data de 31/07/2020 possuem o valor de €3.070.171,54 para Despesas Correntes e €607.798,84 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 48,40% no que diz respeito a despesa corrente, período corrente e 8,32% a despesa de capital, período corrente. Sendo a execução global de 27,26%.
- As receitas cobradas pelo Município à data de 31/07/2020 ascendem a €2.780.819,53 no que diz respeito à receita corrente, e €1.062.105,79 receita de capital. A receita apresenta um grau de execução de 52,01% relativamente à receita corrente, período corrente e 20,23% à receita de capital, período corrente. Sendo a execução global de 36,19%. Encontra-se por cobrar €326.201,63;
- O saldo de execução orçamental à data de 31/07/2020 é de 327.976,76€;
- A cabimentação atingiu à data 95,83% no que diz respeito a despesa corrente e 85,40%, no que diz respeito à despesa de capital;
- Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em €4.499.195,17 e em despesa de capital €3.329.956,72 e representam relativamente ao orçamento corrigido 90,31% e 59,88% respetivamente.
- No que diz respeito a obrigações por pagar, ascendem a €482.766,39 sendo:
€323.936,44 - Despesa corrente
€158.829,95 - Despesa capital

Limites ao Endividamento:

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro:

“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Limite da dívida total para 2020:

Limite da dívida total 2020(1,5*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Receita corrente líquida 2017	Receita corrente líquida 2018	Receita corrente líquida 2019	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.718.520,06	5.014.337,73	4.863.174,82	14.596.032,61	4.865.344,20

Limite da dívida total: €7.298.016,30

Situação do Município em 01-01-2020 :

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.407.236,02	54 278,39	2.461.514,41	18.955,04	2.442.559,37

Situação do Município em 31-07-2020:

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(4)-(5)
2.372.246,84	66.524,41	2.438.771,25	10.537,81	2.428.233,44

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são:

AMCAL (participação de 22,05%): €6.123,66

AMGAP :€0,54;

CIMBAL (participação de 3,91%): €60.400,75;

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%):€0,00

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total.

Em relação à dívida conjunta foi tido em consideração a informação relativa ao 2º trimestre de 2020 fornecida pelas entidades participadas.

Pagamentos em atraso:

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, "a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso."

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso.

Fundos Disponíveis:

Os Fundos disponíveis do período foram de:€958.124,74, tendo sido todos absorvidos até final do mês, €949.704,17

Equilíbrio Orçamental:

No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental, de acordo com o que estabelece o art.º 7.º da Lei n.º 6-B/2020, de 10 de abril, encontra-se a mesma suspensão.

Do atrás exposto conclui-se:

- No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial. Deve ser reanalisada esta situação e adotadas medidas corretivas, uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de €31.911,90.Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos. Acresce também justificar que a adoção de medidas extraordinárias, no âmbito da pandemia- Covid-19 , tomadas pelo órgão executivo , na sua reunião ordinária de 01-04-2020, relevam para o aumento da dívida;
- O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa corrente, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses;
- Não existem pagamentos em atraso;
- No que diz respeito à dívida total, verifica se um decréscimo de 0,59 %;

É quanto me cumpre informar.

À consideração Superior, Cuba,06 de Agosto de 2020, A Chefe de Unidade.

A Câmara tomou conhecimento. -----

7. AGC - ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL. PEDIDO DE LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE CORRIDA DE GALGOS NOTURNAS. -----

Solicita a AGC para além da autorização para realização de uma corrida de galgos noturna, nos dias 22 de agosto, das 18,00 horas às 2,00 hora, o apoio logístico habitual que permita essa realização. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação deliberou atender a pretensão da requerente chamando a atenção para o cumprimento das normas exigidas pela DGS, determinando no entanto que o evento encerre até à 01h00m.-----

8. REFORÇO DA VERBA DO PASSATEMPO “+COMÉRCIO*CUBA”

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou o reforço da Verba do Passatempo “+COMÉRCIO*CUBA” com o acréscimo de mais 20 000 raspadinhas no montante de € 2 500,00.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.

9. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 65/2020 do SAJAI, da autoria da Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve:

Compensação de créditos - Foi-nos informado pela Chede da UAF a existência, em simultâneo, de crédito e débitos relativamente aos munícipes Duarte sezões e Francisca Janeiro, conforme transcrição abaixo:

“Foram processadas OP’S relativas a dívidas a fornecedores do concelho, entre as quais se encontram 2 situações de fornecedores devedores para com o Município.

O senhor Duarte Nuno Sezões, que têm uma dívida à data de 808,43€ relativa a água, tinha feito um Plano de pagamentos no início do ano e não pagou rigorosamente nada (anexo doc) e a senhora Francisca Antónia Janeiro, que tem uma dívida de água e rendas de habitação que à data ascende a 3.291,83€, tendo em Fevereiro efetuado

pagamento, desde essa data não cumpre o plano de pagamentos, e a faturação relativa a água nos meses de Janeiro e Fevereiro ascendeu a quase 300 € (anexo doc). O Município deve ao Senhor Duarte 96,00€ e à senhora Francisca 84,00€, questiono se é para efetuar o pagamento aos fornecedores, ou se é para se efetuar a compensação (notificando os interessados)".

Quid júris?

De harmonia com o n.º 2 do art.º 11.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, doravante RGT), na sua redação atual, "As taxas das autarquias locais podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, quando tal seja compatível com o interesse público".

O art.º 3.º desta lei define taxas das autarquias locais como "(...) tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei". E no caso em análise o serviço público prestado e que está na origem das dívidas foi o serviço público essencial de abastecimento de água (vide alínea a) do n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, com as alterações que lhe foram introduzidas).

Sobre a compensação estabelece o n.º 1 do art.º 847.º do Código Civil (doravante CC), que "Quando duas pessoas sejam reciprocamente credor e devedor, qualquer delas pode livrar-se da sua obrigação por meio de compensação com a obrigação do seu credor, verificados os seguintes requisitos: a) Ser o seu crédito exigível judicialmente e não proceder contra ele exceção, perentória ou dilatória, de direito material; b) Terem as duas obrigações por objeto coisas fungíveis da mesma espécie e qualidade." A compensação torna-se efetiva mediante declaração de uma das partes à outra (vide n.º 1 do art.º 848.º do CC).

Atente-se, porém, que conforme determina a alínea c) do n.º 1 do art.º 853.º do CC, "Não podem extinguir-se por compensação (...) Os créditos do Estado ou de outras pessoas coletivas públicas, exceto quando a lei o autorize".

Relativamente aos tributos autárquicos, e de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 40.º da Lei Geral Tributária (doravante LGT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, na sua redação atual), aplicável por força do disposto na alínea b) do art.º 2.º da RGT, é admitida a compensação como forma de extinção, nos casos expressamente previstos na lei.

É, pois, inegável que o legislador veio prever expressamente a possibilidade de as taxas cobradas pelas autarquias locais, poderem ser pagas mediante compensação, quando tal seja compatível com o interesse público.

O próprio Regulamento Municipal de Taxas e Preços estabelece no n.º 2 do seu art.º 11.º que “As taxas podem ainda ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, quando tal seja compatível com o interesse público”.

Ora o interesse público aqui subjacente consiste no ressarcimento do Município pelas despesas efetuadas com o abastecimento de água aos utentes que se encontram em mora no seu pagamento.

No que se reporta à dívida da munícipe Francisca Janeiro relativa a rendas habitacionais, uma vez que não se trata de um tributo, a compensação não se pode efetuar, podendo, porém, ser instaurada injunção para efeitos de ressarcimento desse crédito do Município, nos termos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de Setembro, na sua redação atual.

Há, assim, a possibilidade de compensar os créditos que o Município tem com os débitos aos referidos munícipes, agilizando desta forma um processo que se poderia tornar muito moroso por efeito de execução fiscal, é inegável o interesse público derivado desta compensação.

Vejamos o quadro dos créditos e débitos dos atrás identificados munícipes:

Nome	Crédito do Município	Débito do Município
Duarte Nuno Damásio Piolety Sezões	808,43 €	96,00 €
Francisca Antónia Galinha Janeiro	3.291,83 €	84,00 €

Verifica-se que os valores devidos pelo Município são muito inferiores aos valores que lhe são devidos pelos utentes identificados.

Sobre esta matéria estipula o n.º 2 do art.º 847.º do CC que *“Se as duas dívidas não*

forem de igual montante, pode dar-se a compensação na parte correspondente”.

Assim, a operar a compensação dos créditos (a apurar na data da efetiva compensação) e débitos assinalados, nas partes correspondentes, o Município ainda ficará credor dos valores remanescentes, relativamente aos quais deve dar andamento aos respetivos processo de execução fiscal (fornecimento de água) e injunção (rendas habitacionais) para se ver ressarcido dos mesmos.

Pelo exposto, atento o interesse público na compensação dos créditos e débitos indicados, deve V. Ex.^a no âmbito da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 1 do art.º 848.º do CC, declarar a compensação dos respetivos créditos-débitos às partes a seguir identificadas:

- 1) Duarte Nuno Damásio Piolty Sezões, declarar a compensação do crédito sobre ele no valor de 96,00 € sobre o seu débito no valor de 808,43 €, ficando o remanescente – 712,43 € - em débito para com o Município de Cuba;
- 2) Francisca Antónia Galinha Janeiro, declarar a compensação do crédito sobre ela no valor de 84,00 € sobre o seu débito de águas, que tem de ser apurado, ficando em débito para com o Município de Cuba o valor remanescente.-----

Uma vez que a presente informação veio a merecer despacho de aprovação por parte do Presidente da Câmara no qual propôs declarar a compensação dos respetivos créditos-débitos às partes envolvidas, importa agora a sua ratificação.-----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.

10. **AUGUSTO DUARTE. PEDIDO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE SINAL DE ESTACIONAMENTO JUNTO À HABITAÇÃO DA RUA LUÍS DE CAMÕES, N.º 28, EM CUBA**

Solicita o Srº Augusto Duarte, 1 lugar de estacionamento junto à sua habitação, alegando a reduzida capacidade de mobilidade da sua esposa, e a frequente necessidade de transporte para consultas e assistência médica.

Criar um lugar de estacionamento "personalizado" não parece ser a melhor opção, pois poderão surgir posteriormente outros pedidos para o mesmo efeito.

Pelo atrás exposto, sugiro a pintura de uma faixa amarela em frente à habitação, com pelo menos 5m de comprimento, ficando garantido o acesso ao veículo para saída/entrada de passageiros.

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar a pretensão do requerente ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea rr) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, ficando a mesma condicionada à apresentação do documento médico a atestar essa necessidade.-----

11. **ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ABANDONADOS.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 67/2020 do SAJAI, da autoria da Dr.ª Isabel Semião, cujo teor se transcreve:

Encontram-se depositados no Estaleiro Municipal diversos veículos que foram declarados abandonados e adquiridos pelo Município, tendo a Câmara Municipal deliberado que os mesmos fossem encaminhados para abate por se tratar de veículos em fim de vida.

De acordo com o n.º 3 do art.º 84.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, "*Sempre que se verificarem situações de abandono de veículos, nos termos do artigo 165.º do Código da Estrada, as autoridades municipais (...) procedem ao respetivo encaminhamento para um centro de receção ou um operador de desmantelamento, sendo os custos decorrentes dessa operação da responsabilidade do proprietário do veículo abandonado*".

Sobre o cancelamento da matrícula determina o art.º 85.º o seguinte: "1. O cancelamento da matrícula de um VFV encontra-se condicionado à exibição, perante o

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.), de um certificado de destruição emitido por um operador de desmantelamento que exerça a respetiva atividade de acordo com o disposto no artigo 87.º. 2. Para efeitos do disposto no número anterior, aquando da entrega de um VFV nos termos do n.º 1 do artigo 84.º, o seu proprietário ou os outros legítimos possuidores devem: a) Entregar o certificado de matrícula ou o documento de identificação do veículo e o título de registo de propriedade; b) Requerer o cancelamento da respetiva matrícula, através do preenchimento de impresso de modelo legal, disponibilizado pelo centro de receção ou operador de desmantelamento. 3. O centro de receção que recebe o VFV deve proceder à sua identificação, conferir a respetiva documentação e remeter a mesma ao operador de desmantelamento, em conjunto com o VFV. 4. O operador de desmantelamento que recebe o VFV deve proceder à sua identificação, conferir a respetiva documentação e proceder à emissão do certificado de destruição no Sistema Nacional de Emissão de certificados de destruição integrado no SIRER, nos termos do disposto no artigo 45.º do RGGR. 5. Até à data de entrada em vigor do sistema referido no número anterior, o certificado de destruição emitido deve conter as informações requeridas no anexo XVIII ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante. 6. O operador de desmantelamento deve conservar uma cópia do certificado de destruição por um período não inferior a cinco anos e remeter, no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da data de receção do VFV: a) O original do certificado de destruição ao proprietário ou legal detentor do VFV; b) Uma cópia do certificado de destruição, acompanhada da documentação referida no n.º 2, nos casos em que esta deva ser apresentada, ao IMT, IP. 7.- Logo que receba a documentação mencionada na alínea b) do número anterior o IMT, I. P., procede ao cancelamento da matrícula. 8. A emissão de certificados de destruição não confere ao operador de desmantelamento o direito à receção de qualquer reembolso. 9. Os certificados de destruição emitidos por outros Estados-Membros da União Europeia que contenham todas as informações requeridas no anexo XVIII ao presente decreto-lei, são válidos para efeitos de cancelamento da matrícula no território nacional”.

Acontece, porém, que os veículos abandonados em posse do Município não dispõem de todos os documentos que são exigidos, motivo pelo qual são os mesmos dispensados nos termos da alínea a) do art.º 86.º (“Sem prejuízo do disposto no n.º 2

do artigo anterior, ficam dispensados de apresentação da documentação (...) As autoridades municipais ou policiais competentes, quando de trate de veículos abandonados que se encontrem na sua posse nos termos do artigo 165.º do Código da Estrada").

Em 2011, o Município de Cuba celebrou com a VALORCAR – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda, um Protocolo de Colaboração com vista à gestão Ambientalmente Equilibrada de Veículos em Fim de Vida.

Estipula a Cláusula 3.ª deste Protocolo que "No âmbito do presente Protocolo, a Câmara Municipal compromete-se a encaminhar para tratamento e reciclagem em empresas da REDE VALORCAR os VFV que detenha por terem sido abandonados na via pública e os VFV originários da frota municipal".

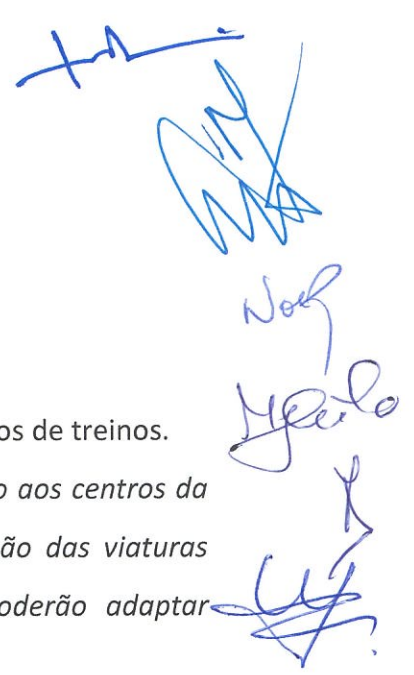
E a Cláusula 4.ª determina que "Para efeitos da Cláusula terceira, deverá ser seguido o seguinte procedimento:

- a) A Câmara Municipal comunicará à VALORCAR os dados dos veículos em causa, a sua localização e outras informações consideradas relevantes;
- b) A VALORCAR transmitirá a todas as empresas da REDE VALORCAR esses dados;
- c) As empresas da REDE VALORCAR formalizarão o seu interesse e respetivas condições diretamente à Câmara Municipal;
- d) A Câmara Municipal comunicará à VALORCAR qual a empresa selecionada e as condições acordadas.

As condições do transporte, do tratamento e da emissão do certificado de destruição de VFV constam dos anexos I a III do referido Protocolo.

Dando cumprimento ao disposto na alínea a) da Cláusula 4.ª foi feita comunicação à VALORCAR dos VFV detidos pelo Município, e que são os seguintes:

- 1 - Veículo de passageiros, marca Fiat, modelo Punto 55, matrícula 01-03- HP;
- 2 - Veículo de passageiros, marca Rover, modelo 400, matrícula 12-12-NB;
- 3 - Veículo de passageiros, marca Ford Mondeo, matrícula 77-66-RH;
- 4 - Veículo de passageiros, marca Lancia , Delta 400, matrícula 83-69-GL;
- 5 - Veículo de passageiros, marca Ford Escort 1600, matrícula 18-36-ET;
- 6 - Veículo de passageiros, marca Fiat Uno, matrícula UB-81-84;
- 7 - Veículo de passageiros, marca Opel Astra, 31-60-EL;
- 8 - Veículo de passageiros, marca Renault Clio, matrícula 34-28-DZ;

- 
- 9 - Veículo de passageiros, marca Fiat, matrícula VC-57-62;
10 - Veículo de passageiros, marca Ford, matrícula JR-30-25;
11 - Veículo de passageiros, marca Fiat, matrícula 05-07-AH;
12 - Veículo de passageiros, marca Ford Fiesta, matrícula 31-21-DJ.

Alguns destes veículos já foram utilizados pelos Bombeiros, em exercícios de treinos.

Em 07/08/2020, respondeu a VALORCAR *“Para efeitos de comunicação aos centros da REDE VALORCAR solicitamos o envio dum anúncio relativo à alienação das viaturas indicadas. Para o efeito enviamos em anexo um exemplo que poderão adaptar conforme considerarem conveniente”*.

Nesta conformidade, deve V. Ex.^a ao abrigo da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o órgão executivo delibere as condições de alienação dos veículos, conforme constam de anúncio e designe os membros da Comissão.

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

- 1.º - Proceder à alienação dos veículos nos moldes propostos na Informação;
- 2.º - Determinar que as regras do anúncio de alienação serão as seguintes:

PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE 12 VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

1 – **Entidade alienante:** Município de Cuba, pessoa coletiva n.º 500 832 935, sito na Rua Serpa Pinto, n.º 84, 7940-172 Cuba, com o telefone 284 419 900 e correio eletrónico geral@cm-cuba.pt.

2 – **Objeto do anúncio:** Alienação dos seguintes veículos em fim de vida (VFV), que se encontram depositados nos Estaleiros Municipais, sitos na Estrada Nacional 258-1, 7940-017 Cuba, cujo horário de funcionamento é das 07 às 13 horas:

- a) Veículo de passageiros, marca Fiat, modelo Punto 55, matrícula 01-03- HP;
- b) Veículo de passageiros, marca Rover, modelo 400, matrícula 12-12-NB;
- c) Veículo de passageiros, marca Ford Mondeo, matrícula 77-66-RH;
- d) Veículo de passageiros, marca Lancia , Delta 400, matrícula 83-69-GL;

- e) Veículo de passageiros, marca Ford Escort 1600, matrícula 18-36-ET;
- f) Veículo de passageiros, marca Fiat Uno, matrícula UB-81-84;
- g) Veículo de passageiros, marca Opel Astra, 31-60-EL;
- h) Veículo de passageiros, marca Renault Clio, matrícula 34-28-DZ;
- i) Veículo de passageiros, marca Fiat, matrícula VC-57-62;
- j) Veículo de passageiros, marca Ford, matrícula JR-30-25;
- k) Veículo de passageiros, marca Fiat, matrícula 05-07-AH;
- l) Veículo de passageiros, marca Ford Fiesta, matrícula 31-21-DJ.

3 – **Condições:** Apenas podem apresentar propostas os concorrentes que se encontrem licenciados para a gestão de VFV nos termos do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, e que pertençam à REDE VALORCAR

4 – **Arrematação:** A arrematação será feita mediante apresentação de propostas para assegurar o transporte e desmantelamento dos VFV, as quais devem conter a identificação do proponente e do preço oferecido.

Cada proponente deve apresentar proposta para todos os veículos.

5 – **Forma de apresentação de propostas:** As propostas são encerradas em subscrito fechado, em cujo rosto se identifica a entidade alienante, o proponente e respetivos endereços e entregues neste Município até às 17horas do dia 10.º dia útil contado da afixação do respetivo edital.

6 – **Abertura de propostas:** A abertura das propostas será feita em ato público conduzido pela Comissão que vier a ser designada e terá lugar na Câmara Municipal de Cuba, na morada indicada em 1, às 11 horas do dia primeiro dia útil posterior à data limite para entrega de propostas.

7 – **Adjudicação:** Os veículos serão arrematados por quem ofereça mais valor.

Nos casos em que aparecerem propostas de igual valor mais elevado, proceder-se-á à licitação verbal entre os respetivos proponentes.

8 – **Exame dos veículos:** Os VFV podem ser examinados pelos possíveis concorrentes na morada e horário indicados em 2.

9 – **Modo de pagamento:** O pagamento dos veículos arrematados será feito do seguinte modo:

- a) 50 % no ato da arrematação, como sinal e princípio de pagamento;
- b) Os restantes 50 % no prazo de 15 dias, contados a partir da data do ato público em causa.

10 – **Levantamento dos veículos:** Os veículos só podem ser levantados pelos adquirentes quando se encontrem integralmente pagos, no prazo máximo de dois (2) dias a partir da data do pagamento da segunda prestação acima referida.

11 – **Incumprimento:** O não cumprimento das condições de aquisição implica, para o adquirente, a perda de quaisquer direitos sobre os veículos, bem como das importâncias pagas.-----

3.º - Designar para integrar a Comissão os seguintes elementos:

Presidente : Francisco xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara;

Vogais efetivos: André Linhas Roxas, Chefe da UOU e Maria Isabel Semião, Jurista, Técnica Superior.-----

Vogais suplentes: Vitor Fialho, Chefe da UAJDCS e Vitor Raminhos, Técnico Superior.

12. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO. APOIO PARA A AQUISIÇÃO DE LIVROS E/OU MATERIAL ESCOLAR E REFEIÇÕES. ANO LETIVO 2020/2021. CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS.

Foi presente à Câmara Informação n.º 15/2020 do Serviço de Ação Educativa, da autoria da Dr.ª Cristina Candeias, cujo teor é o seguinte:

Decorrido o prazo normal de candidaturas, foram apresentados 9 pedidos, para os apoios em epígrafe, de acordo com os quadros em anexo.

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos extemporâneos foram aceites, atendendo aos motivos apresentados (matriculas automáticas e documentos entregues na escola, desconhecimento dos procedimentos e regulação de poder parental).

São alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º ou 2.º escalões de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família.

Assim, têm direito aos apoios em cantina, livros e/ou materiais escolares os alunos constantes nos quadros I (Educação Pré-escolar) e II (1.º Ciclo), anexos a esta informação.

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições tem um valor estimado de 2.053,13 €, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2020/2021 o valor estimado será de 768,49€ e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 130€.

O pagamento do apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à “Papelaria Articor”, por meio de cheque ou outro meio de pagamento.

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos.

Toda a documentação para instrução das candidaturas encontra-se arquivada na respetiva pasta no Serviço de Educação.

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que são lhe cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação, atribuição de auxílios económicos a estudantes, para ano letivo 2020/2021, deliberou considerar as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

13. GUILHERMINA ANGÉLICA PIRES MANHITA PÓLVORA - APOIOS SOCIAIS - GÁS. -----

- Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 45/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no

âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para aquisição de uma botija de Gás no valor de € 26,00, formulado pela Sr.ª Guilhermina Angélica Pires Manhita Pólvora. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, em sintonia com idênticas tomadas de decisão sobre esta matéria, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.

14. GUILHERMINA ANGÉLICA PIRES MANHITA PÓLVORA. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 44/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Guilhermina Angélica Pires Manhita Pólvora. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob*

pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ----

15. LUÍS CARLOS MILITÃO NUNES. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 43/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pelo Sr. Luís Carlos Militão Nunes. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.

16. ANTÓNIO JOSÉ MARTINS SARDINHA. APOIOS SOCIAIS – PEDIDO DE APOIOS SOCIAIS PARA AQUISIÇÃO DE UM FRIGORÍFICO. -----

Solicita o Sr. António José Martins Sardinha, em virtude de se encontrar a viver uma situação financeira muito vulnerável apoio para aquisição de um frigorífico. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, em sintonia com idênticas tomadas de decisão sobre esta matéria, com base na Informação n.º 26/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento

Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, deliberou conceder o apoio formulado para aquisição de um frigorífico no valor de € 365,00. -----

17. ANTÓNIO FERRO FITAS - PEDIDO DE APOIOS SOCIAIS. GÁS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 48/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para aquisição de uma botija de gás, no valor de € 26,00, formulado pelo Sr. António Ferro Fitas. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, em sintonia com idênticas tomadas de decisão sobre esta matéria, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

18. ANTÓNIO FERRO FITAS - PEDIDO DE APOIOS SOCIAIS PARA ALIMENTAÇÃO.-----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 46/2020, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para

alimentação, no valor de € 50,00, formulado pelo Sr. António Ferro Fitas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.

19. ELOSUA PORTUGAL- PRODUTOS ALIMENTARES, SA ELOSUA PORTUGAL PRODUTOS ALIMENTARES, SA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM-ARRANQUE DE AZINHEIRAS. HERDADE DO TROLHO, ART. 2-B E HERDADE DE BELMEQUE ART.º 1-A DA FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO. -----

Vem a requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de azinheiras a levar a cabo nos prédios acima identificados.

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte:

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se que os prédios em questão estão inseridos em **Áreas com Vocação Agrícola dominante e de REN**. Estas áreas são reguladas pelos artigos 74.º, 81.º, 83.º e 90.º do regulamento do PDM, sem prejuízo das condicionantes decorrentes da legislação específica.

De acordo com a **Planta de Condicionantes**, os mesmo interferem com solos de Reserva Agrícola Nacional (**RAN**) em toda a extensão, e ainda com áreas de Reserva Ecológica Nacional (**REN**).

As ações de abate de azinheiras, são reguladas pelo Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de Junho, e carecem de autorização nos termos fixados pelo artigo 3.º, a emitir pela Direcção-Geral das Florestas, após parecer da direcção regional de agricultura, devendo a requerente promover a respetiva consulta.

Relativamente aos solos de RAN, tratando-se de uma acção agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86.º do regulamento do PDM e no Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31/3, que estabelece o regime da Reserva Agrícola.

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respetivo regime jurídico, atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro, que estabelece que nas áreas incluídas na REN *são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal. Excetuando-se os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas incluídas em REN. Consideram-se compatíveis com os objetivos mencionados no número anterior os usos e as ações que cumulativamente:*

- 1. Não coloquem em causa as funções das respetivas áreas, nos termos do Anexo I; e*
- 2. Constem do Anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como:*

i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou

ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia.

Nos termos do atrás disposto, e tendo em consideração as competências da CCDRA para os solos de REN, julgamos ser conveniente a auscultação daquela, bem como da Direcção-Geral das Florestas, cujas consultas deverão ser promovidas diretamente pela requerente ou pela câmara municipal através da Plataforma SIRJUE para obtenção do respetivo licenciamento da ação de arranque, nos termos explicitados;

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001,

de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). Ainda e nos termos da comunicação n.º 857/DSBC/2018 emanada da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCALEN), à semelhança do já acontece com outros municípios, deve o presente pedido ser remetido à DRCALEN para emissão de parecer. -----

**20. VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE IMÓVEL
RUA AUGUSTA, 102 . CUBA. RECLAMANTE. GUILHERMINA EDITE M. I. CARAPUÇA**

Foi presente à Câmara a Informação SGD'249', cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe somos a informar o seguinte:

Na sequência da reclamação da Sr.ª Guilhermina Carapuça moradora na Rua Augusta, 100 em Cuba em que refere a degradação do prédio vizinho com o n.º 102 de polícia, não tendo comparecido o proprietário no momento da vistoria, e após insistência, deslocámo-nos novamente ao local para averiguar das condições de habitabilidade do imóvel;

Com base na observação local das condições de conservação do imóvel, visíveis no momento da vistoria a partir do terraço da habitação da Sr.ª Guilhermina Carapuça, foi possível verificar o seguinte:

O edifício vizinho destinado a habitação e de tipo tradicional, encontra-se num estado devoluto, com manifesta degradação geral, que é mais acentuada na área posterior do imóvel. Apresentando derrocada de parte substancial da cobertura dos anexos do quintal e acumulação de entulho no logradouro;

m razão do estado de abandono e da falta de obras de conservação, verifica-se ainda a proliferação de vegetação que se alastra à cobertura do imóvel;

No interior da habitação da reclamante, nas paredes meeiras, são visíveis alguns focos de infiltração e de desagregação dos rebocos que presumivelmente são originados pela entrada de água no prédio vizinho.

Obras preconizadas (cfr. artigo 89.º do RJUE)

Propõe-se em primeira instância, e em função da decisão dos proprietários, proceder à realização de obras de conservação da cobertura (gerais ou parciais), de modo a prolongar a vida útil do imóvel e evitar infiltrações para os elementos construtivos interiores e para os prédios contíguos. Paralelamente, deverão proceder à desmatação e limpeza do logradouro, devendo ainda garantir a consolidação dos revestimentos das paredes laterais que contactam com os prédios vizinhos, sem prejuízo de uma

intervenção mais profunda que os proprietários entendam levar a cabo, no sentido de valorização do imóvel ou de recuperação/reconstrução.

Nos termos do exposto, e atendendo ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, sugere-se uma intervenção dos proprietários, num prazo não superior a 90 dias para a realização dos trabalhos, devendo acautelar-se as boas normas de construção.

Mais se informa que para efeitos do disposto no artigo 91.º do RJUE, se os proprietários não iniciarem as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, sendo aplicável à execução coerciva das obras, o disposto nos artigos 107.º e 108.º, com as devidas adaptações.

A Câmara, por unanimidade, deliberou notificar os proprietários para que procedam de acordo com a proposta vertida na presente informação. -----

21. VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE IMÓVEL.
RUA VALE DAS HORTAS - VILA RUIVA - PRÉDIO URBANO N.º 397 DA MATRIZ DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação 08 SU cujo teor se transcreve:

Relativamente ao assunto em epígrafe somos a informar o seguinte:

Na sequência da comunicação do Tribunal Judicial da Comarca de Beja, através do Juízo de Competência Genérica de Cuba, em que é solicitada a verificação das condições de habitabilidade do prédio, sito na Rua do vale das Hortas em Vila Ruiva, inscrito na matriz predial com o n.º 397 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Cuba sob o n.º 1035/20120426, deslocámo-nos ao local para aferir essas condições;

Com base na observação local das condições de conservação do imóvel, visíveis no momento da vistoria, foi possível verificar o seguinte:

O edifício destinado a habitação e de tipo tradicional, encontra-se num estado devoluto, com manifesta degradação geral, apresentando derrocada de parte substancial da cobertura e de uma extensa área da parede exterior frontal, que ruiu para o interior do imóvel

Existem duas áreas que ainda se mantêm, mas em condições de fraca resistência e solidez, dada a ruína considerável do núcleo central da habitação, e da quase ausência de travamento das alvenarias de taipa com funções estruturais;

Em razão do avançado estado de degradação das paredes de taipa e da cobertura, deixando o prédio exposto às intempéries, a tendência será de agravamento, podendo acelerar a derrocada da área restante.

A Câmara, por unanimidade, deliberou remeter cópia da presente informação ao Tribunal Judicial da Comarca de Beja, através do Juízo de Competência Genérica de Cuba.

22- PLANO DE PORMENOR CUBA NORTE - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO QUE SERÁ SUBMETIDA A CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL NOS TERMOS DO N.º 3 DO ART.º 86.º DO RJGT, UTILIZANDO PARA O EFEITO A PCGT (PLATAFORMA COLABORATIVA DE GESTÃO TERRITORIAL).

Como é consabido no passado dia 04 de março de 2020 a Câmara Municipal deliberou proceder à elaboração do Plano de Pormenor Cuba Norte.

Essa deliberação foi devidamente publicitada em DRE no passado dia 12 de maio de 2020, através do Aviso n.º 7633/2020, da parte H do Diário da República, 2.ª série, n.º 92.

Nessa publicação, para além da divulgação do ato administrativo, exortava-se a comunidade concelhia a apresentar as sugestões que julgasse pertinentes durante um período de participação pública, que decorreu durante 15 dias úteis. Regista-se que nada foi apresentado.

Nesse contexto, e porque desde o início a intenção era elaborar o Plano de Pormenor recorrendo à figura do Contrato de Planeamento prevista no art.º 81.º do RJGT, em 29 de julho foi formalizada essa parceria com a outorga do Contrato de Planeamento com a empresa AICAPREDIAL, Investimentos Imobiliária, S.A..

Em sintonia com o art.º 78.º n.º 3 do RJGT solicitou a Câmara Municipal à CCDRALentejo que emitisse parecer sobre a dispensa de relatório de Avaliação Ambiental Estratégica por o mesmo não se justificar no caso sub judice, tendo nos sido comunicada essa dispensa no início da semana agora em curso, documento que ficará integrado no ficheiro que será apenso à presente informação.

Desde o início do processo que a empresa de ordenamento do território **Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura** está a trabalhar na sua elaboração, a expensas do nosso parceiro como prevê a lei, tendo a mesmo nos feito chegar hoje, dia 14 de agosto, a proposta de plano a submeter a apreciação por parte da Câmara Municipal.

Ora aqui chegados, importa que a Câmara dê por concluída a elaboração do plano, aprove a versão que lhe é apresentada e ao abrigo do art.º 86.º n.º 3 do RJIGT e remete a mesma à CCDRALentejo para que seja convocada a conferência Procedimental prevista nesta norma.

O processo decorrerá mediante a utilização da plataforma denominada PCGT, sendo que a Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), em cumprimento do estabelecido pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), é uma plataforma eletrónica oficial, de âmbito nacional, gerida pela Direção-Geral do Território e destinada ao apoio das entidades envolvidas nos procedimentos de formação dos programas e planos territoriais.

Apenas para enquadramento da temática, e após concluído o passo que agora se pretende dar, importa registar as etapas subsequentes até à entrada em vigor do plano, ou seja:

Em sintonia com o n.º 5 do mesmo artigo 86.º do RJIGT **deve toda a documentação ser inserida na plataforma colaborativa de Gestão Territorial - PCGT.**

A **Conferência Procedimental prevista no art.º 86.º n.º 3 do RJIGT** deverá realizar-se no prazo de 20 dias a contar da data de expedição da referida documentação.

A **CCDRALentejo**, ponderadas as posições tomadas pelas entidades que integram a Conferência Procedimental, **tem 15 dias para emitir o parecer final.** Vide art.º 85.º do RJIGT.

Na eventualidade de ser desnecessária a concertação de posições das entidades que participaram na Conferência Procedimental, concluído o período de acompanhamento, e o período de concertação se a ele houver lugar, **deverá ser aberto um período de discussão pública** que não pode ter um prazo inferior a 20 dias. Vide art.º 89.º do RJIGT.

Terminado esse período a Câmara Municipal ponderará as reclamações, as observações, as sugestões e os pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares e **elabora a versão final da proposta para aprovação.** Vide art.º 89.º n.º 6 do RJIGT.

Caberá à Assembleia Municipal a aprovação da versão final do Plano. Vide art.º 90.º do RJIGT.

A deliberação final da Assembleia Municipal **deverá ser publicada na 2.ª Série do DRE** em sintonia com o art.º 192.º n.º 4 alínea f) do RJIGT.

Executadas estas etapas o **plano de Pormenor Cuba Norte entrará em vigor.**

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

- 1.º** - Aprovar a proposta de Plano de Pormenor Cuba Norte ao abrigo do art.º 86.º n.º 3 do RJIGT;
- 2.º** - Ao abrigo do mesmo normativo legal apresentar a proposta de plano à CCDRALentejo para que seja convocada a Conferência Procedimental;
- 3.º** - Registrar que ao abrigo do art.º 78.º do RJIGT a CCDRALentejo dispensou a necessidade de avaliação ambiental estratégica no plano agora em apreciação;
- 4.º** - Determinar aos serviços que, em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 86.º do RJIGT, submetam toda a documentação na PCGT (Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial). -----

23 - PROJETO REVITALIZAÇÃO DA RUA SERPA PINTO, LARGO COLON E ZONAS ADJACENTES, EM CUBA - CONCURSO PÚBLICO INERENTE A EMPREITADA PARA REVITALIZAÇÃO DA RUA SERPA PINTO, LOTE 2, EM CUBA - APROVAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO - CONCURSO PUBLICO - APROVAÇÃO DAS PECAS DO CONCURSO - PROGRAMA DE CONCURSO - CADERNO DE ENCARGOS — CLAUSULAS GERAIS E CLAUSULAS TÉCNICAS - APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE EM PROJETO – APROVAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO — DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO.-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 07/2020, do Chefe da UAJDCS, cujo teor se transcreve: Como é consabido o procedimento anteriormente despoletado para execução da empreitada mencionada no assunto não teve apresentação de propostas no que concerne ao lote 2, mas tão somente em relação ao lote 1, que nesta mesma reunião de Câmara será sujeito a deliberação de adjudicação.

Inicialmente ainda se equacionou a possibilidade de lançarmos mão do mecanismo do Ajuste Direto, porquanto no ponto 5.2 da Resolução do conselho de Ministros n.º 41/2020, publicada no DRE de 06 de junho, é preconizada a faculdade da entidade

adjudicante proceder a uma adjudicação excecional acima do preço base, quando o concurso tenha ficado deserto.

Acontece porém que, a norma em questão é uma norma programática, necessitando de ser transposta para uma Lei ou um Dec. Lei para se compreender o seu alcance e limites. Havia a expectativa de que esta matéria integrasse o Orçamento Suplementar, o que não se veio a verificar, sabendo nós que está em curso uma iniciativa legislativa que visa alterar alguns artigos do Código dos Contratos Públicos.

Neste contexto a única forma de recorrer ao Ajuste Direto seria lançando mão do atual art.º 24.º do CCP, o que, na nossa opinião técnica, não se nos afigura como exequível no caso sub judice, porquanto poderá uma entidade tutelar à posteriori argumentar que não se enquadra a situação do lote 2 naquela exceção dado que para resolver a situação importa alterar substancialmente alguns aspetos do concurso anterior.

É pois nossa opinião que a melhor solução é lançar novo concurso público, desta vez apenas para o lote 2, aumentando o preço base para 550.000€, mas, sobretudo, legitimando os concorrentes a apresentarem propostas variantes ao projeto estrita e exclusivamente na componente da estrutura da estabilidade onde os concorrentes podem apresentar solução de estabilidade distinta da patenteada a concurso desde que respeite a conceção final de arquitetura, apresente termo de responsabilidade subscrito por técnico habilitado para o efeito, a solução implique redução de custos no preço final e ainda, obtenha parecer final positivo do projetista inicial.

Ressalva-se que ficou salvaguardado que a apresentação de variantes que não respeitem integralmente os limites em cima enunciados serão automaticamente excluídas, só sendo considerada a proposta base.

Termos em que, somos a concluir:

- Por força das competências que são cometidas ao **presidente do órgão executivo do município** pelo n.º alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **no que concerne ao estabelecimento e distribuição da Ordem do Dia das Reuniões de Câmara**, deve a presente informação ser remetida para a RC de 19 de agosto, para que sobre ela pode ser deliberado o seguinte:

1.º - Ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Dec. Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, despoletar o procedimento de concurso publico inerente a respetiva empreitada projeto de do projeto de Revitalização da Rua Serpa Pinto, Lote 2, em Cuba;

2.º - Ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o n.º 2 do art.º 40.º do Código dos Contratos Públicos, aprovar o Programa do procedimento e o Caderno de encargos — Clausulas Gerais e Clausulas Técnicas (que incluem o projecto de execução — peças escritas e desenhadas), em anexo;

3.º — Aprovar o Plano de Segurança e Saúde em projeto nos termos do art.º 5.º e para os efeitos previstos nos art.ºs 6.º e 8.º do Dec. Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;

4.º - Ao abrigo do n.º 1 do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos, designar o júri do concurso, propondo-se para o efeito os seguintes elementos:

- Presidente do Júri - Francisco Xavier Candeias Fitas — Vice - Presidente da Câmara;
- 1.º Vogal efetivo - Vitor Manuel Parreira Fialho, Jurista, Chefe de Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- 2.º Vogal efetivo - Hélder Manuel Caseiro, Arquiteto, Técnico Superior;
- Vogais Suplentes:

António Manuel da Cruz Gois Pereira, Eng. Civil, Técnico Superior e Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Jurista, Técnica Superior.

5.º - Registrar que integra a Informação a **Ficha de Cabimento n.º 32837** para fazer face à despesa, em cumprimento da Lei dos compromissos.

A Câmara, por unanimidade, delibera:

1.º - Ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Dec. Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, despoletar o procedimento de concurso público inerente a respetiva empreitada projeto de do projeto de Revitalização da Rua Serpa Pinto, Lote 2, em Cuba;

2.º - Ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o n.º 2 do art.º 40.º do Código dos Contratos Públicos, aprovar o Programa do procedimento e o Caderno de encargos — Clausulas Gerais e Clausulas Técnicas (que incluem o projecto de execução — peças escritas e desenhadas), em anexo;

3.º — Aprovar o Plano de Segurança e Saúde em projeto nos termos do art.º 5.º e para os efeitos previstos nos art.ºs 6.º e 8.º do Dec. Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;

4.º - Ao abrigo do n.º1 do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos, designar o júri do concurso, propondo-se para o efeito os seguintes elementos:

- Presidente do Júri - Francisco Xavier Candeias Fitas — Vice - Presidente da Camara;
- 1.º Vogal efetivo - Vitor Manuel Parreira Fialho, Jurista, Chefe de Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- 2.º Vogal efetivo -, Hélder Manuel Caseiro, Arquiteto, Técnico Superior;
- Vogais Suplentes:

António Manuel da Cruz Gois Pereira, Eng. Civil, Técnico Superior e Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Jurista, Técnica Superior.

5.º - Registrar que integra a Informação a **Ficha de Cabimento n.º 32837** para fazer face à despesa, em cumprimento da Lei dos compromissos.

6.º - Regista-se que o novo preço base de concurso no valor de **550.000€** resultou de consultas informais ao mercado nos termos da norma específica do CCP.

**24 - 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL EM VIGOR PARA O ANO DE 2020 -
APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO PELO ÓRGÃO EXECUTIVO - APROVAÇÃO
PELO ÓRGÃO DELIBERATIVO.**-----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 29/2020, da Subunidade de Recursos Humanos, da autoria da Dr.ª Ana Paula Duarte, cujo teor se transcreve:

Após reuniões de trabalho registou-se que:

- 1- Há necessidade de ajustar as tarefas, atividades e responsabilidades com os conteúdos funcionais descritos de cada carreira/categoria, de alguns trabalhadores, pelo que se propõe o recurso à figura de mobilidade interna.
- 2 – Existem lacunas de recursos humanos em alguns serviços autárquicos, nomeadamente, serviço de ação educativa, que justificam a apresentação de alteração ao mapa de pessoal em vigor.

Assim, face à necessidade de se proceder à alteração do Mapa de pessoal em vigor, no ano 2020, cumpre a esta subunidade informar o seguinte:

A norma legal para efeitos de aprovação e alterações ao mapa de pessoal é a constante na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, doravante designada por LGTFP, em sintonia com as remissões feitas pelo Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Em matéria de alteração ao mapa de pessoal, dispõe o artigo 29.º da LGTFP, o seguinte:

Artigo 29.º

Mapas de pessoal

1 — Os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução.

2 — O mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;*
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;*
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;*
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.*

3 — Nos órgãos e serviços desconcentrados, o mapa de pessoal é desdobrado em tantos mapas quantas as unidades orgânicas desconcentradas.

4 — O mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica.

5 — As alterações aos mapas de pessoal que impliquem um aumento de postos de trabalho carecem de autorização prévia do membro do Governo de que dependa o órgão ou o serviço, de cabimento orçamental e do reconhecimento da sua sustentabilidade futura pelo membro do Governo responsável pela área das finanças.

6 — O disposto no número anterior não é aplicável à alteração do mapa de pessoal que decorra do direito de ocupação de posto de trabalho no órgão ou serviço pelo trabalhador que, nos termos legais, a este deva regressar.

7 — A alteração dos mapas de pessoal que implique redução de postos de trabalho fundamenta -se em reorganização do órgão ou serviço nos termos legalmente previstos, devendo cessar, em primeiro lugar, os vínculos de emprego público a termo.

Em sintonia com o este artigo devemos ter presente o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, artigo 3º que determina o seguinte:

Artigo 3.º

Mapas de pessoal

1 — Os municípios e as freguesias dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, nos termos da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro.

2 — Os mapas de pessoal a que se refere o número anterior, são aprovados, mantidos ou alterados:

- a) Nos municípios, pela assembleia municipal;
- b) Nas freguesias, pela assembleia de freguesia.

(as referências feitas à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de setembro, já revogada, entendem-se feitas para as correspondentes normas na LGTFP – n.º3, art. 42º da Lei preambular da LGTFP)

No que concerne ao n.º 5 do art. 60.º da LGTFP referido, informo que os custos com os recrutamentos/alterações de postos de trabalho, expostos, serão considerados na revisão orçamental que será presente ao órgão executivo e posteriormente à assembleia municipal, aquando da apresentação da presente proposta de alteração de mapa de pessoal, para deliberação.

Termos em que, atendendo aos factos expostos, deve o presidente do órgão, por força das competências que lhe são cometidas pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deverá ser presente a informação, para que nela possa ser **deliberado o seguinte:**

1 - Propor à Câmara Municipal, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela al. ccc), do n.º1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013, **aprovar a presente proposta e submete-la posteriormente à assembleia municipal;**

2 - Por se tratar de competências próprias da assembleia municipal, no uso das competências previstas na al. o), n.º 1, art. 25º, da mesma lei, articulado com a alínea a) do n.º 2, do art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em que assenta na criação dos lugares no quadro que se anexa.

1ª Alteração ao Mapa de pessoal de 2020

Carreira/categoria	Formação Académica	Afetação	Modalidade de contrato
1 Técnico Superior	Jornalismo e Comunicação	Gabinete de Informação e Comunicação	Mobilidade Interna intercarreiras
1 Técnico Superior	Ensino Básico	Serviço de Ação Educativa	Mobilidade Interna Intercarreiras
1 Técnico Superior	Organização e Gestão de Empresas	Serviço de Ação Educativa	CTFP a Termo resolutivo certo
1 Técnico Superior	Línguas, literaturas e culturas	Serviço de Ação Educativa	Mobilidade inter-serviços

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do Partido Socialista, delibera:

1.º - Ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela al. ccc), do n.º1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013, aprovar a presente proposta que consta do quadro em cima;

2 – Remeter a proposta para a Assembleia Municipal por se tratar de competências próprias deste órgão autárquico, no uso das competências previstas na al. o), n.º 1, art. 25º, da mesma lei, articulado com a alínea a) do n.º 2, do art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em que assenta na criação dos lugares no quadro que se anexa.-----

OBRAS PARTICULARES: -----

25. PEDIDO DE LICENCIAMENTO/RECONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE HABITAÇÃO
PEDRO JORGE MACHADO DOS SANTOS. RUA AUGUSTA, 23/ RUA FONTE DOS LEÕES,
33, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 17/2020, do Serviço de Urbanismo cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe somos a informar o seguinte:

Vem o requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a remodelação de uma moradia em zona urbana consolidada, na vila de Cuba de acordo com o Plano de Urbanização (PUC);

Da apreciação prévia do projeto agora apresentado, verifica-se em primeiro lugar que existe dissonância das peças desenhadas relativamente ao prédio existente. Nos desenhos da pré-existência não é identificada a área do rés-do-chão que possui um comércio e habitação. No piso superior são representados alguns compartimentos sem qualquer designação, mas que não correspondem à área atualmente erigida. Essa dissonância é ainda apresentada nos alçados. Não obstante, e atendendo à descrição da caderneta predial, verifica-se que o prédio é efetivamente destinado a habitação e comércio, possuindo uma área de implantação de 146.11m² e uma área bruta privativa de 172.51m², numa área total de terreno de 163.12m². Deverá o autor de projeto corrigir esses elementos de modo inequívoco e objetivo uma vez que o termo de responsabilidade instrutivo, à luz do artigo 10.º do RJUE na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, assim o impõe.

Mais se informa, que nos termos do disposto no n.º 6 do mesmo artigo “*Sempre que forem detetadas irregularidades nos termos de responsabilidade, no que respeita às normas legais e regulamentares aplicáveis e à conformidade do projeto com os planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território ou licença de loteamento, quando exista, devem as mesmas ser comunicadas à associação pública de natureza profissional onde o técnico está inscrito...*”

A área urbana consolidada da Vila de Cuba é regulada pelos artigos 35.^a a 44.^a do regulamento do PUC, sendo o índice de construção máximo do lote ou parcela, de 1,0. Na atual circunstância e de acordo com as peças que instruem o projeto, esse índice será largamente ultrapassado, uma vez que de acordo com a descrição predial, o rés-do-chão possui atualmente uma área de construção de 146.11m², a que acrescerá a proposta de um 1.º andar com 86.08m², (perfazendo uma área bruta de construção de 232.19m²). Dado que o prédio só tem uma área de 163.12m², e atendendo ao índice de construção máximo de 1,0 imposto pelo PUC, será esta a área máxima admissível.

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º, propõe-se o indeferimento do projecto.

Mais se informa que nos termos do disposto nos artigos 100.º, 122.º e 123º do Código de Procedimento Administrativo, o requerente possui um prazo de 10 dias para o exercício do direito de audiência, podendo pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.”

A Câmara, por unanimidade, deliberou indeferir o projeto de arquitetura concedendo ao requerente o prazo de 10 dias para se pronunciar de acordo com o último parágrafo da informação. -----

26 - ANTÓNIO MARIA RAMOS - OBRAS DE ALTERAÇÃO – PROCESSO N.º 15/2020. RUA VISCONDE DA ESPERANÇA, N.º 59 EM CUBA.-----

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 11 de agosto de 2020, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 8 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento.

A Câmara tomou conhecimento, solicitando aos serviços camarários competentes que elaborem informação de esclarecimento sobre as alterações preconizadas na presente

solução que legitimam a mudança de posição em relação à deliberação anterior tomada na reunião de câmara de 22 de julho de 2020.-----

27. RICARDO MANUEL CANIÇO ESCRIVENTE E CÉLIA DO CARMO BALEIZÃO CHAMORRO ESCRIVENTE. PROCESSO N.º 17/2020. LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES. RUA DIOGO DIAS MELGAZ, N.º 7, EM CUBA. -----

Vêm os requerentes solicitar a aprovação do licenciamento de construções existentes, para retificação de áreas, através da apreciação do processo de Legalização em título.

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica e ao abrigo do n.º 102-A, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou proceder à legalização da operação urbanística. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 13 horas 10 minutos. -----

E eu, Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDCS, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,

O Chefe da UAJDCS,

